

# CONCURSO DE RESENHAS PROF. DORIVAL DA COSTA

## Projeto Li, Entendi e Opinei – 4ª Edição

### 1. Identificação

<b>Nome:</b> Janaina Sabina Cardoso	<b>Matrícula:</b> 453360
<b>Curso:</b> Pedagogia	<b>Campus:</b> Polo Monte Santo/BA
<b>Modalidade do curso:</b> on-line	<b>E-mail:</b> janainacardosofasb@gmail.com

CARVALHO, Ana Paula Comin *et al.* **Desigualdades de gênero, raça e etnia.** Curitiba: Intersaberes, 2012.

### 2. Credenciais dos autores

#### Ana Paula Comin de Carvalho

Atua como Professora Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRB e de Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É líder do grupo de pesquisa *Memória, Processos Identitários e Territorialidades no Recôncavo da Bahia* (MITO), na UFRB. É membro do Comitê Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que coordenou na gestão 2019/2020. Foi Bolsista Pós-Doutorado Sênior do CNPq vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a supervisão da Professora Eliane Cantarino O'Dwyer, entre 2018 e 2019. É Professora Associada de Antropologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Atualmente, coordena o curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFRB. Também desenvolve pesquisas nos seguintes temas: identidade étnica; territorialidade; comunidades remanescentes de quilombos; patrimônio cultural; memória; relações entre Antropologia e Estado no reconhecimento de grupos e territórios etnicamente diferenciados.

#### Nilson Weisheimer

Bacharel em Ciências Sociais, Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Pós-Doutor pelo Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). Recebeu o Prêmio CAPES de Teses de Sociologia em 2010. Atualmente, é Professor Associado no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento (PPGCS/UFRB). É líder de dois Grupos de Pesquisas do CNPq: Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (NEAF/UFRB) e Observatório Social da Juventude (OSJ/UFRB). Editor da Revista *Juventude.br*, do Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ).

#### Nádia Elisa Meinerz

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria, mestre e doutora em

Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua como professora adjunta do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas e como pesquisadora do *Mandacaru* — Núcleo de Pesquisas em Gênero, Saúde e Direitos Humanos. Desenvolve pesquisas nas áreas de corpo, sexualidade, saúde, gênero e deficiência.

### **Débora Allebrandt**

Professora adjunta da Universidade Federal de Alagoas, possui graduação em Ciências Sociais (2005) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008). É doutora em Antropologia pela Université de Montréal (2013) e realizou estágio de pós-doutorado pelo PPGAS-UFRGS entre 2013 e 2015. Desenvolve trabalhos que convergem entre parentesco e ciência, como a busca das origens biogenéticas de adotados e filhos de doadores de gametas.

### **Cristian Jobi Salaini**

Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012). Em 2008, teve passagem pela Universidade de Montreal (Québec), participando de atividades específicas do CETUM (Groupe de recherche Diversité urbaine). Tem atuado em assessorias para o Instituto do Patrimônio Artístico Histórico Nacional (IPHAN) e para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na aplicação de políticas públicas dirigidas por estas instituições a temas que envolvem a participação da disciplina antropológica. Além disso, trabalha em instituições de ensino como professor, assim como na produção de materiais instrucionais. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia das Populações Afro-Brasileiras, atuando em temas como: identidade étnica, patrimônio imaterial, arte, territorialidade, identidade regional, propriedade intelectual de grupos tradicionais e comunidades remanescentes de quilombo. Atualmente, debruça-se sobre estudo de políticas públicas de recorte étnico racial no âmbito da América Latina, com ênfase na matriz decolonial e na Antropologia do Estado.

### **3. Conclusões do autor**

A conclusão dos autores responsáveis pela obra dizem respeito à importância da luta por e da exigências de direitos iguais, ou seja, de participação política dos grupos que intitulam a obra. Tais direitos são de suma relevância para tornar a igualdade um ideal social de força prática. Os autores asseveram que esse movimento ocorreu na maioria dos países democráticos. Os autores citam diversas mobilizações em busca da igualdade social enquanto objeto. Todavia, nos capítulos finais, conduzem os leitores a refletirem sobre a amplitude do tratamento igual

em todas as esferas institucionais que afetam as oportunidades de vida, a exemplo da educação, do trabalho, de possibilidades de consumo, de acesso a serviços sociais, das relações domésticas, entre outras situações. Questiona-se o que seria, afinal, “ser tratado com igualdade na vida prática”? “Igualdade de quê”? Como medir essa igualdade?

Na mesma linha de raciocínio, considerando que a obra foi escrita em 2012, tais questões ganham status atemporal, de importância crescente por abordar diversas questões ainda sem devida resposta, assim como por conta do aumento nos índices apresentados no livro. Ao considerarmos o último pleito eleitoral ocorrido dez anos após a publicação da obra resenhada, vemos um número recorde de candidaturas de mulheres, que constituem a maior bancada feminina da história da Câmara dos Deputados. Todavia, tal crescimento está longe da igualdade de representação necessária. No Brasil, o número de mulheres deputadas na Câmara subiu de 15% para 18%, conforme pesquisa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Quatro estados não elegeram mulheres para deputada federal (Alagoas, Amazonas, Paraíba e Tocantins). Das deputadas federais eleitas no país, 64% são brancas, 32%, negras, e 4%, indígenas. Estes dados corroboram, dez anos após a publicação da obra ora resenhada, que o ideal de igualdade no aspecto político continua longe de ser alcançado.

#### **4. Digesto ou conhecimento**

O texto aborda a discussão sobre as desigualdades de gênero, raça e etnia, enfatizando a importância de reflexões sobre as formas de preconceito latentes no Brasil. Para tanto, há uma espécie de retrospecto histórico apresentado, a exemplo do trecho: “a ideia de que os seres humanos são fundamentalmente iguais entre si seja bastante antiga, durante muito tempo ela ficou restrita ao âmbito da crença religiosa (cristianismo: todos são iguais perante Deus). Foi somente com o Iluminismo e as revoluções americana e francesa que a igualdade começou a tornar-se um ideal com força prática.” (p. 18).

A obra define e distingue conceitos historicamente tratados como sinônimos ou confundidos entre si, a exemplo dos termos desigualdade e diferenciação social. A obra também apresenta a relevância das ciências sociais para compreender os preconceitos e todo o debate sobre gênero. Há capítulos dedicados ao debate sociológico e antropológico no que tange aos temas *raça* e *etnicidade*, com foco nas diferenças sexuais, físicas e culturais estruturalmente atribuídos na sociedade e que servem como propulsores das desigualdades existentes, como no seguinte excerto: “o aumento das hostilidades, dos estereótipos negativos e das atitudes de distanciamento social leva a intensificação da discriminação, incluindo a exclusão e a segregação imposta.” (p. 148).

Por fim, há um capítulo dedicado à conceituação de crenças preconceituosas, ações discriminatórias, rotulações pejorativas e demais condutas excludentes nas relações de gênero, raça e etnia, e um debate sobre a importância das políticas afirmativas que enfatizam a defesa dos direitos das mulheres e grupos étnicos.

### **5. Críticas do resenhista**

O mérito principal da obra é de cunho social e cidadão, haja vista que prioriza e estimula um debate acerca das desigualdades de gênero, raça e etnia, tema considerado complexo e atemporal, além de abordar as diversas formas de combate a essas desigualdades.

A obra pode ser dirigida a diversos acadêmicos, estudiosos, políticos e ao cidadão brasileiro, principalmente por abordar uma temática social tão necessária para a sociedade que ainda tem dificuldades em reconhecer os temas discutidos e segue repleta de estigmas estruturais que precisam, e urgem, desmistificação.

O livro pode ser considerado similar aos da coleção *Feminismos Plurais*, encabeçado pela escritora e filósofa Djamila Ribeiro, que organizou reflexões de autores negros sobre racismo, feminismo, estética, religião, empoderamento e encarceramento. Nesse aspecto, da comparação com a obra resenhada, a obra *Lugar de Fala*, de Djamila, abarca uma reflexão sobre quem tem direito à voz numa sociedade estruturada e machista, em que os brancos estão no topo da pirâmide e as mulheres negras na base.

A obra resenhada apresenta as hierarquias existentes entre pessoas e grupos sociais, nas quais os indivíduos que ocupam posições superiores possuem vantagens em relação aos que ocupam posições inferiores. Essas vantagens ou privilégios estruturalmente construídos reverberam nas diversas formas de acesso e distribuição de bens socialmente valorizados, entre eles a propriedade, o capital, o poder e a informação.

Diante do exposto, a obra é de grande magnitude por mostrar o quanto o racismo e outras discriminações estruturaram a sociedade brasileira ao longo dos séculos, desde a invasão portuguesa. Quando o assunto for ênfase na educação, essa discussão precisa se fortalecer enquanto educação antirracista, que tem conquistado bastante força, mas ainda precisa de intensificação nos debates e, sobretudo, abarcar todas as pessoas, negras e não negras, brancas e não brancas, a não mais compactuar com essas estruturas. Portanto, o livro adquire importância de chamamento ético que se impõe pela relevância da causa.

## **6. Indicações do resenhista**

A obra é dirigida a todos os que se interessam pela pauta do estudo e combate às diversas formas de discriminação, em especial das ciências humanas e sociais: Serviço Social, Direito, Sociologia, História, etc.

Um público que pode ter a respectiva obra apresentada são alunos do ensino médio, haja vista que a linguagem é acessível e que o momento é propício para a aplicação da política nacional de educação para as relações étnico-raciais, tendo em vista a implementação da Base Nacional Comum Curricular, constituída para ser o documento nacional que normatiza e define a construção das “aprendizagens essenciais” que os alunos brasileiros precisam desenvolver no decurso das etapas e modalidades da Educação Básica, garantindo-lhes os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE). *In fine*, uma proposta enriquecedora para a obra seria o leitor estabelecer uma relação das informações contidas no texto com os dados atuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no que diz respeito as desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Tal exercício conduzirá à percepção de como os mecanismos de manutenção das desigualdades sociais que ordenam a distribuição de bens sociais, a exemplo da legislação eleitoral, corroboram para a manutenção dos interesses que fortalecem a discriminação.